SEMINÁRIOS IMAGÉTICA E CONEXÕES MUNDIAIS
(a investigação em coordenação com os três ciclos de ensino superior)

Coordenação científica:
Maria Leonor García da Cruz (CH-ULisboa, Universidade de Lisboa, SGL) e Maria de Deus Beites Manso (CICP, Universidade de Évora). ml.garciacruz@gmail.com / mariadeusmanso@gmail.com

Organização:
Centro de História da Universidade de Lisboa / IMAGETICA – Rede Internacional de Estudos Imagética (UID/4311/2025)
Centro de Investigação em Ciência Política – CICP, Universidade de Évora (UID/00758/2025/CICP)
Colaboração: Sociedade de Geografia de Lisboa – Secções Artes e Literatura, Estudos Luso-Árabes, História

XXVII CICLO DE PALESTRAS – Usos do Poder: Perspectivas e representações

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 13 de Nov. de 2026, sessão por videoconferência, 14h30 (hora de Lisboa)
https://teams.microsoft.com/meet/310528340388418?p=IqFPR4FAOJcWJnSNzc
ID da Reunião: 310 528 340 388 418 Código de acesso: cN2jD3cz

Investigadores convidados:

MANUELA SANTOS SILVA

Manuela Santos Silva é Professora Associada do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal, e investigadora do Centro de História da mesma Universidade, onde atualmente coordena o grupo de investigação "Estudos de Corte e Diplomacia". Para além dos estudos que editou no domínio da monarquia, especialmente sobre os papéis desempenhados pela família real, e especialmente as mulheres, nas monarquias hereditárias ibéricas, leciona e publica também sobre temas de história urbana e questões relacionadas com a vida quotidiana. Em conjunto com outros investigadores, coordenou uma série de biografias sobre as "Rainhas de Portugal", outra sobre os "Casamentos da Casa Real Portuguesa" e uma obra coletiva intitulada "Dynastic Change: Legitimacy and Gender in Medieval and Early Modern Monarchy", publicada pela Routledge em 2020.

E-mail: msilva15@edu.ulisboa.pt

TEMA DA PALESTRA

Que poder tiveram as mulheres poderosas do passado?
Uma reflexão centrada entre os séculos IX e XV

Na época atual, o discurso comum remete para a Idade Média todos os comportamentos e mentalidades que a opinião pública considera retrógrados e demonstrativos de uma sociedade misógina e sectária. Daí que seja surpreendente para muitos que se possa falar do poder das mulheres nessas épocas e ainda mais que tenha havido mulheres que podemos considerar chamar "mulheres poderosas". O motivo está no facto de na observação que se faz do passado, se ter em conta um número restrito de fatores de poder, e muito poucos elementos caracterizadores da sociedade que descartam evidências fundacionais da mesma como as estruturas familiares e as suas implicações de ordem política e económica. Nesta comunicação discutir-se-á esta questão e apresentar-se-ão evidências de que, sob perspetivas diferentes, os resultados da nossa análise sobre "usos do poder" pode revelar muitas surpresas.

ODETE VIOLA

Odete Maria Gonçalves Viola é Doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora integrada em IMAGETICA - Rede Internacional de Estudos Imagética sediada no Centro de História da Universidade de Lisboa. Desenvolveu investigação sobre o fundo pessoal e particular de Tomé José de Barros Queirós, figura da Primeira República de Portugal, articulando os campos da historiografia, da memória e da arquivística com a leitura crítica das fontes. Os seus interesses científicos incidem sobre a produção do conhecimento histórico, os Arquivos, as Políticas de Memória, as representações do passado e os usos públicos da História, também bases de trabalho da sua actividade profissional desempenhada no Museu do Aljube Resistência e Liberdade.

E-mail: odetemviola@gmail.com

TEMA DA PALESTRA

Políticas de Memória – usos da Memória. A decadência como arma política.
Lord Rothermere, Portugal e a imprensa britânica em 1921

A comunicação propõe uma reflexão sobre as relações entre Políticas de Memória, arquivos e produção do conhecimento histórico, partindo do princípio de que o passado não é directamente reproduzido pelas fontes nem pelas representações colectivas que dele são construídas.

As Políticas de Memória seleccionam acontecimentos, figuras e símbolos, conferindo-lhes visibilidade e significado no espaço público, produzindo em simultâneo apagamentos, silêncios e hierarquizações.

Também os arquivos não constituem repositórios neutros ou integrais do passado: resultam de processos de produção, acumulação, selecção, conservação e organização documental historicamente situados.

Tomando como ponto de partida questões desenvolvidas no estudo de um fundo pessoal e particular da Primeira República portuguesa, o de Tomé José de Barros Queirós, pretende-se analisar de que modo a leitura crítica e relacional das fontes permite distinguir a memória produzida pelos actores, as representações posteriormente construídas e o conhecimento elaborado pelo historiador.

A fonte será, assim, considerada não como acesso imediato ao ocorrido, mas como vestígio produzido em circunstâncias determinadas, cuja interpretação exige crítica, contextualização e confronto com outros testemunhos.

Procurar-se-á, deste modo, discutir o papel do historiador perante os usos públicos do passado e os processos de construção, legitimação ou contestação da memória colectiva.

Palavras-chave: Políticas de Memória; Arquivo; Fontes históricas; Escrita da História.

BELARMINO DE JESUS SOUZA

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1992), especialização em História Moderna e Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1995), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), doutorado em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2010) e Pós-Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Évora (2015). Atualmente é professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e docente do Mestrado Profissional em Ensino de História na Uesb (ProfHistória). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: história, vida política, política, vitória da conquista, brasil, relações internacionais Brasil - Portugal.

E-mail: belarmino.souza@uesb.edu.br - bjsouzahist@yahoo.com.br

TEMA DA PALESTRA

Um Atlântico entre Oliveiras: as relações entre JK e Salazar.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente brasileiro entre 1956 e 1961, político mineiro, médico de formação, teve uma imagem cultivada e a permear o imaginário do grande público como um político habilidoso, grande articulador, com trajetória no campo democrático. Foi eleito deputado federal no pleito de 1934, todavia, teve o mandato cassado devido ao golpe do Estado Novo, que implantou uma Ditadura liderada pelo gaúcho Getúlio Dorneles Vargas entre 1937 e 1945. Após a redemocratização, nos anos cinquenta galgou a governadoria do seu Estado natal e em seguida foi eleito como 21º presidente do Brasil, sua posse quase foi impossibilitada por uma tentativa de golpe militar, que foi abortado pela ação do Marechal Henrique Teixeira Lott num contragolpe, apelidado então como "golpe da legalidade". O seu governo foi marcado pelo lema de tom modernizador "50 anos em 5" e teve como maior empreendimento a construção de uma nova capital federal em pleno e isolado planalto central do país: Brasília. A atmosfera modernizadora do período era predominante, tempos do Cinema Novo, da Bossa Nova, grandes vitórias esportivas...contexto que contribuiu para a construção da imagem positiva do então chefe do executivo. Um marco disso foi a composição da música do autodenominado "Menestrel" Juca Chaves, que numa crítica bem-humorada ao JK, o rotulava: "Presidente Bossa Nova". A cassação durante a Ditadura Civil-militar (1964-1985) e o falecimento em acidente suspeito na via Dutra (autoestrada entre São Paulo e Rio de Janeiro) em 1976, reforçaram a imagem de um líder político do campo democrático, um autêntico progressista. Todavia, correspondências pessoais, de volume considerável, trocadas com António Oliveira Salazar no final da década de 50, bem como, documentos de reuniões entre diplomatas brasileiros e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Alberto Franco Nogueira (início dos anos 60), revelam, digamos um "lado B" do JK, para além do: "simpático, risonho, original", como dizia os versos de saudoso Juca. Trazer ao lume esse lado B é o foco central do presente trabalho, tendo por referência a documentação disponível nos Arquivos Oliveira Salazar, sob a guarda dos Arquivos da Torre do Tombo.

BRUNO ANTUNES DE CERQUEIRA

Bruno Antunes de Cerqueira é historiador com formação na PUC-Rio; advogado com formação na PUC-Rio e UniCEUB; mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira; especialista em Relações Internacionais pela Universidade Candido Mendes (Ucam). Instrutor e especialista em Indigenismo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em Brasília. Fundador e primeiro presidente da Comissão Especial de Direitos dos Povos Indígenas da OAB-DF; fundador e pesquisador do Instituto Cultural D. Isabel I; e fundador e gestor do canal "História do Brasil Como Você Nunca Viu", no YouTube. É membro do IHGB, IGHMB, IHGDF, IHGM, IAHGP, CBG (Colégio Brasileiro de Genealogia) etc.

E-mail: brunoantunesdecerqueira@gmail.com

TEMA DA PALESTRA

Abolicionismo e monarquismo na vida e obra do Ministro João Mendes de Almeida Junior

João Mendes de Almeida Junior (1856-1923), ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, tem o nome monumentalizado no maior fórum da América Latina, mas não possuía, até agora, uma biografia publicada. Segundo Bruno Antunes de Cerqueira, que está lançando o livro "Jurisconsulto do Brasil. João Mendes de Almeida Junior e o esquecimento de sua trajetória" (Dialética), isto se deve por causa do silenciamento historiográfico que o personagem sofreu, como consequência de sua fidelidade ao isabelismo, um naco do movimento abolicionista brasileiro que conjugava o amor à monarquia com o abolicionismo dinástico encarnado na herdeira do trono e futura imperatriz, D. Isabel do Brasil.